

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM
27-5-2019.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulo Brum e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 068/19 (Processo nº 0136/19), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 024/19 (Processo nº 0039/19), de autoria de João Carlos Nedel. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, André Carús, João Bosco Vaz, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Professor Wambert e Airto Ferronato. Na oportunidade, foi apregoado o Processo SEI nº 026.00037/2019-31, por meio do qual é autorizada Representação Externa de Cassio Trogildo do dia vinte e nove ao dia trinta e um de maio do corrente, no Primeiro Fórum Regional das Cidades Latino-Americanas Signatárias do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, no Rio de Janeiro – RJ. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Nelcir Tessaro, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia vinte e um de maio do corrente. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Prof. Alex Fraga, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, na presente sessão destinado a assinalar o transcurso do sexagésimo quinto aniversário da Escola Municipal de Ensino Básico Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, nos termos do Requerimento nº 062/19 (Processo nº 0244/19), de autoria de Prof. Alex Fraga. Compuseram a Mesa: Alvoni Medina e Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Flávio Brecher Müller, Eloísa Alves, Katthelen Miriã Fontoura, Larissa Maldonado dos Santos e Patrick Veiga da Silva, respectivamente Diretor, Vice-Diretora, alunas e ex-aluno da Escola Municipal de Ensino Básico Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, proponente, Valter Nagelstein, Professor Wambert, este em tempo cedido por Felipe Camozzato. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Roberto Robaina. Também, Katthelen Miriã Fontoura, Larissa Maldonado dos Santos e Flávio Brecher Müller pronunciaram-se acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e dois minutos às quinze horas e cinquenta e nove minutos. Em prosseguimento, foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando

Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e oito ao dia trinta de maio do corrente, tendo a Presidente informado que, nos termos do artigo 227, inciso VIII, combinado com o artigo 94, § 5º, do Regimento, essa licença foi concedida pela Mesa para o dia vinte e oito de maio. Ainda, esse Requerimento foi aprovado com referência aos dias vinte e nove e trinta de maio do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Felipe Camozzato. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Nelcir Tessaro, em tempo cedido por Reginaldo Pujol. A seguir, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Às dezesseis horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 222/17, o qual teve sua discussão adiada por uma sessão, a Requerimento, aprovado, de autoria de Mauro Pinheiro. Foram aprovados Requerimentos de autoria de André Carús, solicitando o adiamento por duas sessões da discussão dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 251/17 e 109/18 (Processos nºs 2274/17 e 1246/18, respectivamente). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 057/19 (Processo nº 0227/19). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/19 (Processo nº 0027/19), por vinte e nove votos SIM, após ser discutido por Ricardo Gomes, Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Reginaldo Pujol, Márcio Bins Ely e Nelcir Tessaro, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Valter Nagelstein. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Valter Nagelstein e Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 025/19 (Processo nº 0040/19), por vinte e oito votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Mônica Leal e Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 164/18 (Processo nº 1370/18),

por vinte e seis votos SIM, após ser encaminhado à votação por Reginaldo Pujol, tendo votado Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 003/18 (Processo nº 0129/18), por vinte e sete votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Durante a apreciação do Projeto de Lei do Legislativo nº 003/18, Mônica Leal afastou-se da presidência dos trabalhos. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 026/18 (Processo nº 0387/18), por vinte e oito votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 146/18 (Processo nº 1322/18), por vinte e sete votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 001/19 (Processo nº 0015/19). Foi apregoada a Emenda nº 09, assinada por Professor Wambert, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 051/16 (Processo nº 0620/16), e foi aprovado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/18 (Processo nº 0719/18), por vinte e quatro votos SIM e quatro votos NÃO, após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Ricardo Gomes, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Airto Ferronato,

Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Prof. Alex Fraga. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 307/17 (Processo nº 2800/17), o qual teve sua discussão suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a sessão, Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Reginaldo Pujol, Adeli Sell, Mendes Ribeiro, Professor Wambert e Prof. Alex Fraga manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e trinta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Mendes Ribeiro, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Alvoni Medina, Mônica Leal e Reginaldo Pujol e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caro Ver. Alvoni Medina, colegas vereadores, vereadoras, falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – do nosso líder Marcelo Sgarbossa, Oliboni e Comassetto – e venho colocar algumas cobranças de questões que são permanentes problemas de nossa cidade. Nos últimos dias, recebo, diariamente, inclusive domingo à noite, queixas sobre a situação do lixo espalhado de ponta a ponta no bairro Menino Deus. Não bastasse o lixo que a gente já tem aqui pelo Centro Histórico, agora nós temos, no bairro Menino Deus, o lixo escandalosamente espalhado por todos os cantos daquele bairro.

Tem mais: na semana passada, já coloquei aqui e volto a dizer, a situação da Carris. Já tem todo um debate que o Robaina levantou algumas vezes sobre a situação dramática da Carris. E vou mais longe, desde 2014 a 2018, em todo esse período, a Carris recebe um prêmio apenas: Top of Mind. Todo mundo sabe aqui o que é o Top of Mind, é simplesmente o nome que todo mundo lembra de transporte coletivo em Porto Alegre. Por óbvio, tem um quarto do transporte, todo mundo vai se lembrar, evidentemente, da Carris, porque as outras não têm mais nome, é Sudeste, Nortran... Ou seja, não tem mais selo de qualidade, a pessoa que cuida da qualidade é cargo de confiança, recebe R\$ 10 mil por mês, e prêmio, que é bom, que recebia a Carris, ano após ano, inclusive, da melhor empresa de transporte coletivo do País... Hoje é ônibus quebrado por todos os lados.

Não bastasse isso, temos a situação dramática da educação básica. É uma pauta, Ver. Alex, que eu solicitei sobre o repasse para as creches comunitárias. Temos

problemas na educação básica. Várias e várias vezes, o secretário municipal de educação foi convidado e não veio para prestar contas de outras situações como, por exemplo, no segundo semestre do ano passado, da falta de professores, principalmente, na Zona Sul de Porto Alegre. As senhoras e os senhores devem poder enxergar em seguida, pela TVCâmara, a garotada, os jovens estudantes da Escola Dr. Liberato Salzano!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Seis décadas de exemplar educação na cidade de Porto Alegre. Exemplar! Assim também nós temos a Escola Municipal de Ensino Médio Emílio Meyer, as duas escolas de ensino médio em Porto Alegre bancadas pela Prefeitura. É verdade que quem tem que cuidar, antes de tudo, do ensino médio é o governo do Estado. Mas eu não posso, pura e simplesmente, do dia para a noite, dizer que não vai ter mais ensino médio na Liberato Salzano Vieira da Cunha. Não dá para fazer isso, tem que discutir com a comunidade. A comunidade da Zona Norte é grande, ela é imensa, todo o Sarandi e adjacências, e ela clama por uma única questão: a permanência do ensino médio na Liberato. É por isso que eu os saúdo na primeira intervenção desta tarde pela liderança do Partido dos Trabalhadores. Já tenho me envolvido e vou me envolver cada vez mais na defesa da educação. Já anuncio que agora, no dia 30, vocês vão ver vários partidos políticos, personalidades, todos juntos sob uma mesma faixa, unidos pela educação. A educação está unindo, Comassetto, Oliboni, Robaina, amplos setores da sociedade brasileira. Foi assim no dia 15 e será novamente no dia 30, e eu não tenho dúvida de que, unidos pela educação, vamos estar mais uma vez nas ruas, junto com a Escola Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, importante escola da Zona Norte da nossa cidade.

Vejo a comunidade aqui presente, vejo professores e vejo alunos em defesa da educação, da educação de qualidade, do futuro da Nação. Viva a Liberato! Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, colegas vereadoras, vereadores, falo aqui em nome da bancada do MDB – da Ver.^a Lourdes e do Ver. Idenir Cecchim, que é o líder da nossa bancada. Primeiro, quero fazer um registro antes de entrar nos assuntos da sessão de hoje, que no último sábado, Ver. Valter, nós tivemos aqui nesta Câmara a realização da Convenção Estadual do MDB Mulher, tivemos uma grande representação de diversos municípios, inclusive do segmento feminino do nosso partido aqui da capital, e foi eleita a companheira Patrícia Alba, que é suplente de deputado estadual e primeira-dama do Município de Gravataí, como a

próxima presidente estadual do MDB Mulher, nos dois anos que tem pela frente. Foi um evento importante de afirmação das bandeiras de igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres e que reforça a luta do nosso partido de apoiar o movimento de mulheres e, a partir desse segmento, fortalecer essas bandeiras e essas causas. Quero aqui também fazer um agradecimento, na semana passada, tivemos a aprovação unânime aqui dos colegas do projeto que sou autor, desde a última legislatura, do Plano Municipal de Educação Ambiental. Tenho certeza de que, a partir da sua sanção e da sua implantação, vamos avançar e muito na construção de uma cidade sustentável, com qualidade de vida e ecologicamente equilibrada.

Por fim, aqui no tempo de liderança do MDB, quero fazer um apelo ao governo municipal. O Ver. Adeli veio aqui à tribuna, fez uma manifestação numa perspectiva, e eu vou fazer em outra: há seis décadas, Porto Alegre, por exemplo, tem uma lei municipal que é garantidora do acesso à educação para a juventude, que é o meio passe estudantil no transporte coletivo. Há 62 anos essa lei vigora em Porto Alegre. E nós estamos, desde a semana passada, com o apoio de vários colegas vereadores, mobilizando os estudantes, as entidades estudantis, para que, no pacote do transporte coletivo, naqueles projetos que continuam tramitando na Câmara, a restrição ao meio passe seja retirada, para que essa juventude permaneça em condições de acessar a educação com o meio passe no transporte coletivo; para que essa juventude não seja tirada para fora da sala de aula, mas, sim, preservado o seu direito de estudar; e para que eles também continuem preservando, por consequência, o orçamento das suas famílias, que já é apertado, que já é apertado! Nós vamos ter séria evasão escolar se prevalecer a tese de que pode haver restrição do meio passe.

O segundo apelo que falo é em respeito à comunidade que está aqui presente: estudantes, professores, líderes da comunidade, conselheiros tutelares, enfim, todos aqueles que, de alguma forma, estão engajados nesse processo que está sendo discutido, de retirada do ensino médio da Escola Liberato Salzano. Quero aqui dizer o seguinte: o líder da nossa bancada, o Ver. Cecchim, esteve lá no ato junto à escola, na semana retrasada, reafirmando esse compromisso. Não basta simplesmente a Prefeitura decidir que vai tirar, que está oferecendo tecnicamente uma transição. Esses alunos irão para onde? Os cursos de ensino médio que são lá desenvolvidos também capacitam esses jovens e essas pessoas para ingressar com maior facilidade no mercado de trabalho! O apelo que nós fazemos aqui, em nome da bancada do MDB, é para que o governo revise a sua posição. Constitucional e legalmente é dever do Estado, sim, prover os recursos para o ensino médio, mas, sinceramente, na Emílio Meyer, no bairro Medianeira, e na Liberato Salzano, no bairro Sarandi, nós não podemos abrir mão de uma política pública que é a política pública que, efetivamente, emancipa as pessoas, as capacita e faz com que elas sejam finalmente, seres dignos de um bom trabalho que possam desenvolver...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): ...Queremos aqui comunicações específicas sobre o tema da Liberato, mas já me antecipo, utilizando este tempo de liderança do MDB, que esta luta pela permanência do ensino médio na Escola Liberato não é apenas de um ou de outro partido, de uma ou de outra corrente ideológica, é um compromisso de todos aqueles que têm relação, que têm trabalho, que conhecem e que sabem a realidade das comunidades e das pessoas que vivem no bairro Sarandi, como é o nosso caso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, é inacreditável que esta Câmara esteja hoje lotada e que as pessoas venham de tão longe, lá do Sarandi, pedir para estudar, pedir para que não seja tomada uma decisão afobada. Esta é uma questão para 2021, o prefeito Marchezan nem vai estar mais na Prefeitura – não vai estar mais na Prefeitura! –, por que antecipar uma decisão sem conversar com a comunidade? Passem no Sarandi e nas redondezas e perguntem quem não estudou na Liberato.

Eu vejo, aqui, a professora Angélica, que tem uma luta incansável; a Dona Terezinha; o Dante, o conselheiro tutelar; eu vejo uma comunidade unida e que foi surpreendida, Prof. Edgar Meurer, Presidente do Conselho Regional de Educação Física, com a comunicação de que, de uma hora para outra, a Liberato não terá mais a possibilidade de atender a comunidade. Ver. Alex, Vossa Excelência que é professor do Município, hoje licenciado, porém leciona nas escolas particulares, o ensino de qualidade, o primeiro emprego, as oportunidades do mercado, tudo isso passa pelos cursos técnicos. As pessoas, na sua grande maioria, não têm dinheiro para cursar uma universidade particular; uma minoria das pessoas é que consegue passar na universidade pública. Vejam a inversão de valores. Então, Ver. Camozzato, que me olha e me assiste, atento, os cursos técnicos são essenciais e indispensáveis. Agora, se essa questão da lei federal, e o Município de Porto Alegre estivesse responsável por 60 escolas, bom, tomaria uma decisão, mas são duas escolas! Por que tomar uma decisão antecipada se é a partir de 2021? Eu já disse aqui, Ver. Cassiá, que ele nem estará mais na Prefeitura! Eu não poderia deixar de vir a esta tribuna porque, além de defender a causa da educação, que é uma causa de todos, como disse o Ver. Carús, não tem cor partidária, nem bandeira política, mas o nosso partido, PDT, está muito enraizado nesta questão da educação, desde Leonel Brizola, Alceu Collares, com as escolas de turno integral; agora com a deputada Juliana Brizola fazendo a defesa incansável destas questões da educação, fechamento de escolas, agrupamento de turmas; parece que estamos andando na contramão da realidade. E a realidade tem que ser resolvida não tomando uma decisão, chamando a direção da escola e dizendo: “Olha, a partir do ano que vem é assim...”. Não, temos que dialogar, temos que conversar, isso vai longe. É um desgaste

emocional para todos, é um desgaste psicológico, é um estresse para, daqui a pouco, trocar o prefeito, e o prefeito que entrar dizer: “Olha, eu não vou mexer nas duas escolas – não vou mexer!” Então, quero deixar aqui o apoio da bancada do PDT. E eu falo agora em nome da bancada do PDT em função dessa bandeira que nós defendemos, que é a bandeira da educação. Contem conosco, vamos juntos nessa luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acredito que todos os colegas receberam um envelope produzido pelas turmas 351 e 352 da Escola Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, onde eles nos questionam o que fazer. Eu tenho certeza que todos os colegas vereadores não querem que a opção seja a letra “c”. Tenho convicção de que nenhum dos senhores e das senhoras irão querer que esses alunos das turmas 351 e 352 simplesmente parem de estudar, simplesmente sejam jogados no mundo para a sorte, o acaso os proteger. Neste mundo em que vivemos hoje, cada vez mais é necessário o conhecimento, cada vez mais é necessário o aprendizado. A segunda opção que eles pedem é um curso profissionalizante. Cada vez mais, nesse mundo em que vivemos, é necessário as pessoas terem uma profissão, é necessário as pessoas terem o conhecimento de algo, terem algo que lhes permita ter a sua renda. E aí eles perguntam se poderão realizar o ingresso na universidade. Eu acho que essa decisão cabe a toda a cidade de Porto Alegre. Uma escola que convive com a cidade há mais de seis décadas, que formou centenas e centenas de pessoas que entraram no mercado de trabalho, que ajudam economicamente esta cidade, não pode ser ceifada por nada, não pode ser retirada da vida da Zona Norte por nada. Não pode ser simplesmente apagada, como os professores apagam um quadro, ou uma lousa. Então, nós viemos aqui reafirmar o nosso compromisso com a educação; esta Casa, que aprovou por maioria absoluta a escola em tempo integral e vem trabalhando para melhorar a educação, eu tenho certeza de que vai olhar, medir esforços para que os alunos da turma 351 e 352 e as turmas que virão, permaneçam, e que a Escola Liberato continue na Zona Norte de Porto Alegre criando cidadãos da nossa cidade. Essa é a luta que nós reafirmamos: estar junto com a comunidade do Sarandi.

E também queremos aqui fazer coro ao Ver. André Carús, que falou muito bem, que tem coisas que a cidade tem que provar antes de mexer. Volto aqui a falar dos dois projetos, um sobre a questão da passagem dos estudantes e outro sobre a retirada dos cobradores. Sobre os estudantes, o Ver. Carús já falou aqui nossa posição; sobre os cobradores, Rio de Janeiro e Curitiba já tentaram, no ano passado, funcionaram sem os cobradores. Agora, eu faço um questionamento aos colegas e às pessoas que nos assistem, nós temos uma população em Porto Alegre em que 27% das pessoas são idosas ou têm uma deficiência: esta cidade precisa ou não do segundo tripulante?

Precisa ou não ter uma pessoa no ônibus auxiliando os idosos a subir e descer, auxiliando o cadeirante, auxiliando o deficiente visual? Precisa ou não ter esse segundo passageiro? Os ônibus andam com no mínimo cem pessoas. Quanto menos se falar, menos se distrair um motorista, melhor. O que quer se fazer aqui não garante e não vai garantir a diminuição do valor da passagem. O que vamos ver em fevereiro do ano que vem é um reajuste dizendo que é uma vitória, que foi só um reajuste de 6%, foi só um reajuste do dobro da inflação, que era para ser superior. Enquanto não sentar o Executivo, as empresas de todo o sistema de transporte, lotação, ônibus, táxi, aplicativo, lanchas para discutir um projeto de transporte para a cidade de Porto Alegre... Não é tirando emprego e tirando direito das pessoas que esta cidade vai ser uma cidade digna, uma cidade que reconhece o direito das pessoas, como querem acabar com as duas turmas da nossa escola da Zona Norte, a Escola Liberato.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Boa tarde, Sr. Presidente Alvoni Medina, todos os alunos da Escola Liberato Salzano Vieira da Cunha, professores e pais que se fazem presentes no plenário. Quero saudar o diretor Flávio, a diretora Angélica e também a Heloísa, diretora da escola, todos os demais professores.

A minha fala nesta tarde vai em direção ao apoio juntamente com os colegas do Democratas, que me deram a oportunidade de manifestar de uma forma efetiva, contundente e eficaz o apoio pela permanência dos cursos médio e técnico da Liberato Salzano Vieira da Cunha. Eu, que fui aluno desta escola, que sou morador da Zona Norte, trabalhei por muito tempo ali na delegacia, não poderia me furtar, neste momento, de dar o meu apoio e de dizer que nós estamos juntos e vamos até a última instância para que essa escola continue prestando o trabalho relevante que tem prestado de gerações em gerações. Creio que o futuro que está por vir merece que uma escola que tem a história da Escola Dr. Liberato não seja apagada. Neste momento em que a escola está completando 65 anos, nós deveríamos premiar, fortalecer, equipar, e é o que nós não estamos vendo. Embora sendo da base do governo, embora votando junto com o governo, eu não posso fechar os meus olhos nem endurecer o meu coração. Sei que posso desagradar alguns, mas há momentos da nossa caminhada que nós precisamos nos manifestar e precisamos mostrar de que lado nós estamos. E eu estou do lado da Escola Dr. Liberato, eu estou do lado da escola, dos professores e da minha comunidade. Vamos lutar para que isso possa se estabelecer e possa ser refeito o que está sendo encaminhado para um final triste e lamentável. Muito obrigado. Contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, comunidade da Zona Norte que acompanha a questão da Escola Dr. Liberato, querida por todos nós. Nós queremos registrar o empenho desta Casa, dos vereadores de várias nuances ideológicas, de várias correntes no empenho para que a Escola Dr. Liberato não encerre as suas atividades no que diz respeito ao ensino técnico. Tivemos uma reunião com o secretário de Educação do Município de Porto Alegre, aqui na Casa, na semana passada. Reunimos parte da base do governo, vereadores que estavam interessados e membros da comunidade para a gente encontrar uma solução, porque aqui nós temos um problema jurídico e um impasse. O Impasse é que não tendo mais professores para ensino médio, o Município não pode fazer concurso e não pode repor esses professores, o mesmo se dá com técnico em administração. Então, nós estamos, já em gestão, Prof. Alex Fraga, com o governo do estado, para que a gente possa fazer com que o capital humano dos professores de ensino médio possa assumir o ensino médio da Liberato, numa gestão compartilhada, já que o Município não tem esses professores e não pode fazer concurso para esses professores. Permanecerá, isso é definitivo, o ensino técnico pedagógico, já que os professores têm formação adequada para isso, mas, no ensino médio, nós vamos lutar para que tenha uma gestão compartilhada com professores da rede estadual e com a estrutura do Município. O mesmo se dará, estamos empenhados, no ensino técnico, para que, no ensino técnico, nós possamos conveniar com vários setores da sociedade que possam alargar, não tendo só o ensino técnico administrativo, mas também...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): O que é isso que está acontecendo nessa plateia? Vocês estão a favor da escola ou estão a serviço de um partido? Tenham vergonha na cara de vocês! Vocês estão usando essas crianças! Por favor, filmem isso! Vocês estão filmando? Que professores são vocês? Que vergonha! Como diz o nosso Ver. Airto Ferronato: que vergonha podre! Que vergonhoso! Eu estou defendendo vocês e vocês usando essas crianças como bucha de canhão. Eu quero que filmem porque eu quero denunciar esses professores para o Conselho Tutelar! Irresponsáveis! Irresponsáveis! Nós estamos aqui defendendo a escola e vocês usando essas crianças como bucha de canhão! Não estão nem ouvindo o que eu estou dizendo, estão me vaiando de forma irresponsável! Não estão nem ouvindo o que eu estou dizendo. Irresponsáveis! Professores que não são professores, são manipuladores, abusadores.

Nós temos aí crianças sendo utilizadas por interesses ideológico-partidários! Isso é vergonhoso, vergonhoso! Isso é péssimo para a democracia. Vergonhoso! Nós estamos aqui lutando pela escola, vocês estão lutando por um partido! Nós estamos

lutando pela escola, pela manutenção da escola, e vocês estão usando as crianças como massa de manobra. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, por favor, não é aceitável que um vereador... O vereador pode expressar as ideias que quiser, a tribuna garante essa liberdade, mas não é aceitável que um vereador chame professores de abusadores. O que ele está pensando? Isso não é aceitável! O Ver. Professor Wambert tem que retirar essas palavras. O que ele está pensando? Aqui não tem abusador. Aqui há professores defendendo a educação! Então, que esse vereador venha retirar, porque os professores exigem respeito, e nós, como vereadores, também. Isso é o mínimo!

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Feito o registro.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente, nós reforçamos, enquanto bancada do PT, que essa palavra seja retirada do discurso do vereador. Ele falou “abusador”. Isso é inadmissível!

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Feito o registro, Ver. Aldacir Oliboni.

Aprego Requerimento de representação externa do Ver. Cassio Trogildo, no 1º Fórum Regional das Cidades Latino-Americanas Signatárias do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, do dia 29 a 31 de maio de 2019, no Rio de Janeiro.

Aprego Licença para Tratamento de Saúde de autoria do Ver. Nelcir Tessaro, na data de 21 de maio de 2019.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente, nosso amigo, Ver. Alvoni Medina; professor Flávio Müller, nosso diretor da Escola Liberato Salzano; amiga Heloísa Alves, vice-diretora; alunos que representam a Liberato e que estão aqui conosco, as alunas Katthelen e a Larissa e o ex-aluno Patrick. Gostaria de trazer um abraço a todos vocês que estão conosco nesta tarde, especialmente ao pessoal da Escola Liberato Salzano Vieira da Cunha. Eu estive presente na reunião que aconteceu no CTG, na semana passada. Eu sou professor, há 45 anos leciono, e quero dizer que nós, como aluno que, antes de ser professor, fomos, não nos deixamos manipular por ninguém. Nós temos a nossa consciência, desde a mais tenra idade, e sabemos o que queremos. Nós sabemos, como vereador, há quase 30 anos, do que Porto Alegre precisa, do que o País precisa. Sem educação, o mundo vira um caos; e já virou em quase todos os países do mundo. Só se desenvolveram aqueles países que têm uma

sólida aplicação e atenção na educação. Porto Alegre tem, sim, a incumbência do ensino fundamental, mas quis a história que Porto Alegre tivesse, faz 65 anos, a Liberato Salzano, que tem um dos melhores cursos técnicos e médios de Porto Alegre, reconhecido e valorizadíssimo. Porto Alegre conhece a Liberato, e nós estivemos lá, como falei, na reunião, no CTG, onde tínhamos vereadores de praticamente todos os partidos. Falo aqui em nome do meu partido, o PSB, em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista: somos contra o fechamento do ensino de médio e segundo grau da Liberato. (Palmas.) Ora, se Porto Alegre fecha a Liberato Salzano, onde vão fazer técnico de segundo grau os alunos jovens do bairro Sarandi e da Zona Norte? No centro? Onde? Precisamos de escolas gabaritadas próximas dos alunos, e temos duas em Porto Alegre. Vamos fechar? Tenho certeza de que a Câmara, através de todos os partidos, está irmanada à escola Liberato Salzano, direção, funcionários, professores e, muito essencialmente, aos alunos. Nós precisamos apostar no futuro do nosso País e da nossa cidade, e não haverá futuro com o fechamento da escola...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): ...sem a escola Liberato Salzano Porto Alegre perderá muito, todos sabemos disso. Estamos aqui pedindo, como já outros pediram, que se revogue, que se modifique essa decisão, e que se faça da Liberato aquela continuação que é positiva para a cidade de Porto Alegre. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Boa tarde, Ver. Alvoni Medina, que preside os trabalhos na tarde de hoje. Venho solicitar a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações em homenagem aos 65 anos da Escola Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, pois temos aqui a comunidade escolar, alunos, professores, e também membros da comunidade.

Vamos acelerar o processo para que, depois, eles possam encaminhar suas vidas, após essa bonita homenagem, espero eu. Então, peço a apreciação deste plenário para fazer essa alteração.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 65º aniversário da EMEB Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, nos termos do Requerimento nº 062/19, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

Convidamos para compor a Mesa: Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Flávio Brecher Müller, Diretor da EMEB Liberato Salzano Vieira da Cunha; o Sr. Eloísa Alves, vice-diretora; as alunas Katthelen Miriã Fontoura e Larissa Maldonado dos Santos e o ex-aluno Patrick Veiga da Silva.

O Ver. Prof. Alex Fraga, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores, um boa tarde muito especial às crianças e aos jovens estudantes da Escola Liberato Salzano que estão presentes aqui nas nossas galerias na nossa tarde de trabalhos! (Palmas.) Boa tarde também vereadores e vereadores que se encontram no plenário prestigiando este momento, ao Ver. Aldacir Oliboni; uma saudação especial aos integrantes da Mesa que representam aqui os diferentes aspectos da comunidade escolar, o Sr. Flávio Müller, diretor da Liberato; a Eloísa Alves, vice-diretora; as alunas Katthelen e Larissa, que representam os alunos dessa instituição; o ex-aluno Patrick, que representa todos aqueles que já passaram pelos bancos escolares da Liberato – representa, inclusive, o nosso Ver. Conceição, também ex-aluno dessa instituição tão importante.

Senhoras e senhores, se fosse um casamento, bodas de 65 anos – fui buscar em alguns *sites* que falam sobre o assunto –, poderiam ser bodas de pérola negra ou bodas de platina; mas, de certa forma, há o casamento, por mais informal que seja, da Liberato Salzano com o bairro Sarandi e com a cidade de Porto Alegre. Não há cidadão racional que diga que existe uma saída melhor para a nossa sociedade ou para a construção de uma sociedade melhor sem que haja investimentos em educação.

Em 1982 – boa parte dos que acompanham esta sessão não era nascida –, o antropólogo Darcy Ribeiro disse que se os governantes não investissem em educação, em 20 anos, faltaria dinheiro para se investir em presídios. Vejam o que acontece de 1982 até hoje: a criminalidade avança a passos largos, a insegurança toma conta das nossas ruas, nos aflige, nos acua e nos coloca reféns de nossas próprias residências. O caminho mais racional e lógico a seguir, que é o da educação, avança a passos para trás. Enquanto deveríamos, neste tempo todo, estar investindo, melhorando as condições, especializando as salas de aula, informatizando, modernizando, o que nós temos? O desinvestimento, e isso nós não podemos aceitar. A Liberato é uma ilha no bairro Sarandi, uma ilha onde os jovens podem nadar em busca de um futuro melhor, de uma salvação, de um destino mais digno e justo. Se não fosse pela Liberato, os jovens da região precisariam se deslocar por 1 de um quilômetro, e nos dias de insegurança em que vivemos, caminhar mais de 1 quilômetro para ir à escola, e mais de 1 quilômetro para retornar, após as 22h30min, é insano! Infelizmente, essa comunidade está sendo

empurrada para outras escolas. Empurrada para um destino que não é aquele que nós queremos. Quando eu propus, no início de abril, essa homenagem, era para nós festejarmos, era para estarmos alegres com a história da Liberato Salzano, era para nós manifestarmos o nosso apreço por essa instituição e a construção que ela propiciou para boa parte dos habitantes da região. Mas infelizmente os tempos são outros, da proposição que eu fiz do início de abril até agora, nós tivemos apenas ataques.

Vereador Engº Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Alex, cumprimentando o senhor, professores e alunos, cumprimento toda a comunidade da Liberato Salzano, e todos aqueles que lutam pela educação. É inadmissível essa proposta do prefeito e de muitos vereadores que vêm aqui defender o fechamento do ensino médio e o fechamento do ensino técnico profissional da Liberato Salzano. Não passará! Muito obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega, Ver. Professor Alex, eu queria primeiramente parabenizá-lo, saudando toda a Mesa, o nobre Presidente, a iniciativa de poder não só trazer o tema para a Câmara de Vereadores, mas também de nós nos rebelarmos, nos indignarmos com certas atitudes de alguns governos. Nosso governo anterior, o governo federal, ampliava as escolas técnicas. De cento e poucas escolas técnicas, o governo Lula implementou 640 escolas técnicas em todo o Brasil. Esses governos, ao invés de aumentarem novamente, estão reduzindo a oportunidade do jovem e do estudante se prepararem para o mercado de trabalho. Portanto, a nossa indignação, o nosso não, e parabéns pela iniciativa.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito boa tarde, eu queria fazer uma saudação aos integrantes da Mesa, em especial ao público das galerias, aos nossos estudantes, que vêm, por ocasião desta homenagem aos 65 anos... Infelizmente, a notícia que temos é a do fechamento do antigo segundo grau. Quero cumprimentar o Ver. Alex Fraga que também faz um histórico com relação a outras nações que têm investido em educação e também faz esse comparativo de que a falta da educação gerará a necessidade da construção de mais presídios. A gente também quer aqui manifestar o nosso repúdio a esse ato. Infelizmente, fomos surpreendidos, recebi uma cartinha da escola com relação à notícia de fevereiro, por ocasião do fechamento do técnico e do ensino médio. Então, estaremos aqui fazendo todo o esforço possível. Neste momento em que se consagra os 65 anos da escola com essa péssima notícia, essa triste notícia, a gente vê todos os alunos também participando na expectativa de poderem cursar ali o ensino médio. Então, também queremos nos somar a esta homenagem e nos somar também àqueles que compreendem que está equivocado o movimento do governo no sentido de fechar o ensino médio na Escola Liberato. Cumprimentos, vereador. Obrigado.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prof. Alex, me permita antes de fazer a saudação, saudar a Mesa, o Patrick, o Flávio, a Eloísa, a Larissa e a Katthelen e o Presidente Alvoni. Parabéns Prof. Alex pela sua indicação de homenagem. Quero lembrar que o senhor também, são dois partidos aqui, eu já estive lá pessoalmente, representantes do PDT, representantes do Democratas, Cláudio Conceição; representantes do MDB, PDT, PSOL, enfim, já posso citar aqui, só na minha lembrança, representantes partidários que estiveram no local abraçando a escola, participando daquela reunião pública. Então, quero fazer um convite para nós olharmos pelo outro lado. A Escola Liberato Salzano Vieira da Cunha está conseguindo unir praticamente todos os partidos, eu diria, talvez um ou outro tenha alguma divergência e concorde com essa política do prefeito Marchezan, mas o fato é que vocês conseguiram a façanha de unir inúmeros partidos, talvez uma dezena ou mais, em torno da causa que é manter o ensino técnico e o segundo grau na escola. Então, quero olhar por esse lado, parabenizar e dizer que não se trata de um tema de grupos partidários, mas de uma ampla representação da sociedade de Porto Alegre que está a favor de manter o ensino técnico e o ensino médio. Então, parabéns a todos por estarem aqui. Aqui está o PP, Cassiá, que deve fazer a saudação nesse mesmo sentido, e é mais um partido que agrego nesse apoio à Escola Liberato.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Alex, presidente da nossa Comissão, lá nós tratamos da educação com muita clareza, com muita transparência, sem, às vezes, até a parte ideológica. Quero saudar a Mesa, que representa a escola, parabéns pelo trabalho; quero saudar as professoras e os alunos da escola, estamos juntos nessa luta. Acho que faltou sensibilidade ao prefeito, e um político que não tem sensibilidade se atrapalha no meio do caminho. Por isso que essa Prefeitura está atrapalhada no meio do caminho, falta sensibilidade, ainda mais que o governo estadual é do seu partido. Será que não era possível fazer uma parceria? Fala-se tanto em parceria, mas com a iniciativa privada. Por que não olha para dentro e mantém uma escola que tem uma história, que tem uma comunidade, que tem a luta de todos os porto-alegrenses? É lamentável. Estamos juntos nessa luta, me somo com todas as forças para mostrar ao prefeito que ele não é dono da verdade e que ele não pode administrar sozinho Porto Alegre, porque está administrando muito mal sozinho.

Vereador Mauro Zacher (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alex, quero saudá-lo pela iniciativa de homenagear esta escola tão importante, que faz parte da história da cidade, da Zona Norte, do Sarandi, a Liberato Salzano. Também quero saudar a direção, que conduz a escola. Eu, em tantas oportunidades, estive lá com vocês, e a gente acompanha o bom trabalho e o respeito que essa comunidade criou no entorno dessa escola. Ao mesmo tempo em que eu parabenizo os 65 anos, eu quero registrar a minha indignação, a indignação da nossa bancada, do PDT, com o anúncio, por ofício, sem explicações razoáveis, para que não abram mais matrículas para o ensino médio. Nós todos sabemos que não é essa a nossa

atribuição, do Município, mas já se enraizou, já é cultural, já faz parte da vida daqueles que moram na Zona Norte a garantia de vagas no ensino médio, técnico, que permite a muitos jovens saírem não só com o ensino médio, mas também com uma formação profissional, o que tem mexido com vidas. Por isso registro a nossa indignação com este governo, que não tem a capacidade de ouvir e governa por ofício.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Mauro Zacher. Concluindo, eu gostaria de estender os parabéns a toda essa comunidade escolar, porque a Liberato Salzano Vieira da Cunha e todas as demais escolas desta cidade não são de um governo, elas são da comunidade, são do bairro, são da sociedade.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Como eu já falei em tempo de liderança, eu reservei este espaço, primeiro, para lhe trazer um abraço e cumprimentar pela iniciativa. Cumprimento a direção, a escola, servidores e alunos pelos seus 65 anos. Estamos juntos, parabéns a vocês.

Vereador Cláudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prof. Alex, eu quero reafirmar aqui que a nossa cidade é a única cidade no Brasil que fecha hospital, é a única cidade no Brasil que vai contra os anseios das pessoas, e agora se vê essa atrocidade, de fechar um turno, fechar uma escola que prepara e profissionaliza as pessoas para o futuro. Enquanto o mundo inteiro está atrás de educação, e várias pessoas usam aqui a Coreia, usam outros países ditos desenvolvidos como exemplos, temos que lembrar que esses países cresceram e se desenvolveram, como nossos vizinhos, Uruguai e Paraguai, investindo maciçamente em educação. Isso é investimento, não é despesa, não é nada.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu também quero parabenizá-lo, Ver. Alex, por essa homenagem. Como tu já viste, reuniu um grande número de vereadores apoiando a causa que tu estás encabeçando. Eu acho que é muito importante. Nós temos também, além da Liberato, o caso da Emílio Meyer, que eu sei que também tu tens clareza total que são duas escolas que devem ter o ensino defendido. Por isso eu queria, inclusive, que no teu fechamento tu incorporasses a Emílio Meyer e a Liberato como dois símbolos da educação que nós devemos, unidos, defender. Parabéns, Alex.

Vereadora Karen Santos (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Saúdo a iniciativa, Prof. Alex; nós, enquanto professores, tu do Município e eu do Estado, acho que é sempre muito rico usarmos nosso tempo de tribuna para fazer uma homenagem às escolas, aos educadores, aos estudantes, que é um setor, hoje, da sociedade brasileira, que vem sendo tão atacado e tão desmoralizado, tal qual o exemplo que a gente viveu aqui recentemente na tribuna, e também outros

projetos que foram votados aqui, com essa tachativa de chamar a população que vem na Câmara de “pão com mortadela”, de “massa de manobra”, como se as pessoas não pensassem e não refletissem essa realidade. Então, enquanto professora, enquanto vereadora que estou aqui nesta Casa, dizer que, infelizmente, é dessa forma com que a base do governo vem tratando a população, e ressaltar a importância, sim, de a gente estar na luta. Dia 30 de maio é mais um dia de luta nacional pela educação contra esses cortes, contra essa desvalorização e por um futuro digno, sobretudo, para a nossa juventude que se mobilizou para vir aqui hoje. Estamos juntos, Alex.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver.^a Karen. Eu peço um minuto para concluir. Senhoras e senhores, como foi antecipado pelo Ver. Roberto Robaina, existe mais uma escola no Município de Porto Alegre, também, que oferta ensino médio e educação técnica, que é a Emílio Meyer, no bairro Medianeira, no qual eu vivi boa parte do tempo, porque estudava ali na Glória, minha avó morava ali, então eu conheço a região muito bem. É muito triste perceber que o “desinvestimento” em educação está virando moda e que o descaso com relação ao futuro dos nossos jovens nos coloca à deriva como sociedade. Eu gostaria também, para finalizar a minha fala, de pedir desculpas a todos os pais, mães, parentes, alunos e professores por conta das manifestações tristes, infelizes, feitas nesta tribuna anteriormente, porque vocês, nesta homenagem, não mereciam ter ouvido tal tipo de impropério.

Mais uma vez quero parabenizar todos os componentes da Mesa, fazer uma saudação especial à nossa Presidente Mônica Leal e agradecer também todos os demais vereadores que se mobilizaram para levar, através das suas vozes, a importância que a Liberato tem para o bairro Sarandi, e, como anteriormente foi manifestado por vereadores de várias siglas, de várias legendas, isso não é uma pauta ideológica, isso não é uma pauta partidária. A educação é bem comum, é bem social, é bem da nação e do futuro da nossa Porto Alegre. Parabéns à escola, parabéns à comunidade do Sarandi. Que a Dr. Liberato Vieira da Cunha tenha mais 65 anos pela frente, com educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e técnico. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver.^a Mônica Leal, representantes da escola, direção, alunos, senhoras, senhores, professores, professoras, eu tenho uma circunstância que me liga à história da Liberato Salzano Vieira da Cunha. No dia 8 de abril de 1957, um avião decola de Bagé, voa durante 20 minutos, o motor do avião incendeia, o avião perde altitude, esse avião cai e morrem as 20 pessoas que estavam a bordo desse avião e que vinham para Porto Alegre. Morre nesse acidente o

Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Liberato Salzano Vieira da Cunha, e morre no mesmo acidente o meu avô, que tinha o mesmo nome que eu, Valter. Dita essa circunstância pessoal, eu quero dizer que, ao lado disso, sempre tive na educação a certeza de que é a pedra fundante de qualquer sociedade.

Tenho ido muito no bairro Sarandi, tenho ajudado a Casa de Bombas 10 - CB10. Há questão de duas, três semanas, fui caminhar no valão, atrás da escola. Tem um foco de lixo na parte de trás da escola - pedi, também, a atuação do DMLU. E pouco antes disso, há questão de, talvez, cinco, seis meses, fizemos uma audiência pública no teatro da escola para tratar sobre as questões do bairro também.

Eu acredito que qualquer retirada de investimento em educação é um equívoco. Eu acredito que, nesse sentido, todos aqui estão no mesmo lado. Eu acho que todos nós somos amantes da justiça. O que me move a fazer política - às vezes a gente pode ter bases diferentes e métodos diferentes, um pode acreditar no socialismo, outro no capitalismo, mas acredito que todos querem chegar numa sociedade melhor -, esse sentimento de justiça que me move é o mesmo que há pouco acabei argumentando, porque eu acho que foi equivocada a vaia ao meu colega. Ele disse que é a favor da educação - o Professor Wambert, professor de direito constitucional, universitário, não seria contra a educação - e que, talvez, a gente pudesse encontrar uma alternativa numa parceria com o Estado. Quando ele disse isso, ele foi vaiado. Eu acho que ele foi vaiado, porque a maior parte dos que vaiaram não entenderam o que ele disse.

Eu estudei todo o meu 1º Grau numa escola estadual e fiz curso técnico, de técnicas domésticas - aprendi até fazer batinha de calça -, técnicas comerciais, em Bagé, uma escola técnica. E foi ótimo, foi muito bom para mim. Estudei todo o primeiro grau na Escola de 1º e 2º Graus Silveira Martins, em Bagé. E de tarde, a gente tinha, no contraturno, uma outra aula em uma escola técnica estadual. É óbvio que eu gostaria que tivéssemos, inclusive, Ver. João Bosco Vaz, muito mais escolas de turno integral em Porto Alegre. Para além de tudo isso, já defendi aqui e vou defender de novo, acho que temos que partir para um sistema de *vouchers*, que já tem nas nossas creches. E se prefeito fosse faria isso, faria uma análise econômico-social da família e daria uma bolsa de 500 ou 600 reais para que ela matriculasse o filho na escola que quisesse. E se não estivesse satisfeito com aquela escola particular, trocava por uma outra; e não estivesse bom, trocava por outra porque dá liberdade para a família. Defendo este modelo para o futuro. Agora, acho que enquanto houver este modelo presente aqui não podemos desarticular. Falava com a professora ali que me disse que tinha um curso de robótica lá - já foi desativado há dois anos. Vamos fazer uma parceria com o Senai que tem escola de robótica! Por que não? Parcerias são boas, são importantes, fazem parte do processo da vida. Não é só essa, vamos lutar para que o Município mantenha? Vamos, mas não vamos ser refratários, não vamos nos fechar para alternativas. Eu concluo dizendo que acho tão importante a questão da educação, Sra. Presidente, que o prêmio mais importante que eu tenho nesta legislatura vou entregar agora no dia 04 de junho próximo para a plataforma de alfabetização Elefante Letrado. Eu acho que a alfabetização e a educação têm de ser agregadas à inovação e à tecnologia; elas não podem - e nenhum de nós pode permitir - ser apropriadas como bandeira de

determinada visão política ou de um determinado partido, têm que ser uma bandeira da sociedade, daqueles que amam as crianças, daqueles que querem um Brasil verdadeiramente desenvolvido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos o Ver. Prof. Alex Fraga para proceder a entrega do diploma.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Felipe Camozzato.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas vereadores, você que está em casa, eu quero que registre o seguinte: o Ver. Cassiá Carpes fez um aparte aqui muito oportuno e preciso, e propôs a mesma coisa que eu propus. Ele foi aplaudido; eu fui vaiado. Propusemos a mesma coisa e ele foi aplaudido e eu fui vaiado! Todos nós nesta Casa estamos envolvidos no mesmo projeto e na mesma causa que é salvar o ensino técnico e o ensino médio da escola Liberato, todos nós estamos envolvidos, é o que nós queremos. E o que nós queremos é que não cesse o ensino médio, e uma das formas, uma das soluções é continuar com as portas abertas, água, luz, telefone, infraestrutura do Município, apenas pedindo que o Estado forneça os professores - isso é uma solução. Eu fui do Conselho Estadual da Educação; lá nós aprovamos o inverso dezenas de vezes. E quando se tratava do ensino básico, nós municipalizávamos a gestão da escola, que é a competência do Município, enquanto a competência constitucional do Estado é o ensino médio. Então, nós temos muitas soluções para a escola. E quanto ao termo que usei aqui, sugiro a todos os colegas que visitem o dicionário da língua portuguesa, peço que não retirem dos anais a minha expressão, existe abuso moral, existe abuso intelectual. Abuso é exercer sobre outrem algum nível de pressão ou manipulação, quando outrem é incapaz de reagir. Quando você incita uma criança a vaiar alguém sem nem saber por que está vaiando e sem nem ter o discernimento suficiente de saber o que está vaiando... Imagina uma criança de 10, 12 anos entender o que é uma gestão compartilhada e vaiar, tanto que aplaudiram o Ver. Cassiá. Então, manipular alguém indefeso, inocente - nós já tivemos esse debate, Ver. Janta, em outra oportunidade, lembra, em que V. Exa. questionou o termo que eu tinha utilizado. Abuso - ele ocorre de várias naturezas, um dos abusos mais graves que está acontecendo hoje em nosso País é o abuso intelectual e o abuso moral. Mas nós estamos juntos na defesa do ensino médio, do ensino técnico. E as soluções que eu propus aqui, quando fui vaiado, já foram colocadas aqui de volta e aplaudidas. Então, para a comunidade Sarandi, não apenas àqueles que são militantes do Simpa ou dos partidos que estão aqui, eu deixo o meu abraço, o compromisso da nossa luta para não fechar o ensino técnico, que nós possamos buscar todas as formas, todas as maneiras de

conveniar e fazer com que aquelas crianças não sejam entregues ao tráfico, não sejam entregues à ociosidade, não sejam abandonadas socialmente. Todos nós, acredito que todos os vereadores desta Casa estão preocupados com isso, Ver. Alex Fraga, agora, poucos estão preocupados com uma solução, não é o seu caso, não entenda como indireta, porque eu conheço a sua luta, mas boa parte está querendo fazer demagogia pensando no ano eleitoral do ano que vem. Nós temos é que sentar e buscar as soluções, e a solução é a Prefeitura prestar serviço à comunidade. Isso que é a solução, e não ficar fazendo palanque eleitoral de uma desgraça e de uma tragédia que é encerrar o ensino médio e técnico da escola Liberato. Vila longa à escola Liberato. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É uma luta comum pela defesa da educação na Liberato, pela defesa da educação também na Emílio Meyer, a defesa da educação técnica é fundamental. Eu creio que, na reunião de hoje, na homenagem organizada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, ficou muito evidente uma posição majoritária da Câmara de Vereadores a favor da educação nessas duas instituições, especificamente a homenagem aos 65 anos da Liberato. Todos os vereadores receberam uma carta da comunidade da Liberato, expressando sua surpresa com a decisão do governo, através da Secretaria Municipal de Educação, de acabar com a oferta do ensino médio e técnico na escola. Tem muita importância a esta carta, porque não cabe à Câmara de Vereadores votar essa decisão. Então tem uma relevância muito significativa a possibilidade de se organizar movimentos políticos para pressionar a revogação dessa decisão. O risco que nós corremos - o Prof. Alex Fraga sabe disso muito bem - é de que nós tenhamos uma homenagem muito bonita, mas que, infelizmente, o governo, como nós temos percebido em muitas outras ocasiões, continue não escutando a voz da cidade e siga levando adiante a sua política, como se não tivesse ocorrido essa homenagem, como se nós não tivéssemos vários vereadores expressando a sua oposição a essa medida. Vereadores do PSOL, vereadores do PT, vereadores do PDT, vereadores do MDB, vereadores do PP, aqui usou a palavra o Ver. André Carús, o Ver. Cassiá, o Ver. Janta, pelo Solidariedade... Então a maioria dos vereadores é contra essa medida. Eu acho, sinceramente, Presidente Mônica, que, sob a liderança da Comissão de Educação, presidida pelo Ver. Prof. Alex Fraga, mas também composta pelo Cassiá, pelo Freitas ou pelo Medina, a Comissão de Educação é muito representativa e poderia conduzir, junto com a Presidente da Câmara, um pedido de reunião com o secretário para que essa medida seja revogada e para que essa homenagem seja, de fato, uma homenagem pela vida longa à Escola Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha. Porque as pessoas que vieram aqui, quando aplaudem ou quando vão, sabem muito bem porque vão ou porque aplaudem e, em geral, acertam quando vão ou quando aplaudem. Agora, o

que nós precisamos é transformar essa homenagem numa pressão política. Eu creio, e com isso vou finalizando a minha fala, que, se nos reunirmos, sob a liderança da Comissão de Educação, com a Presidente Mônica - eu acho muito importante a sua liderança, Presidente Mônica -, com o Ver. Carús, pode ser com o Cecchim também que é mais experiente e não se pronunciou aqui, mas acho que é importante o Cecchim estar envolvido, o PDT, o Cassiá; se nós fizermos uma grande comissão para irmos falar com o secretário Adriano para parar com isso. Para que fazer esse atrito? Para que mexer em algo que é tão vital para todos? Então eu creio que essa comissão ajudaria a resolver o problema. Faço esse apelo para todos os partidos, tenho certeza de que a Comissão de Educação pode organizar essa agenda entre Alex, Cassiá, eu não sei exatamente, não lembro agora toda a composição, Medina também está na comissão, para que se faça essa pressão, Carús. Eu acho que é útil. Assim como se está fazendo algumas pressões para garantir que determinadas pautas não venham destruir mais a cidade, ataque à estudante, ataque a cobrador que pode provocar 4 mil demissões; que pelo menos se pare a gora esse ataque à educação, esse ataque à Emílio Meyer e esse ataque à Liberato. Esse é o apelo que eu faço para que a gente organize essa luta vitoriosa. Parabéns, Presidente; parabéns ao Flávio, à Eloísa, à Larissa, ao Patrick, à Katthelen e também aos representantes da Emílio Meyer, por meio da sua diretora Deliamaris Acunha. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A aluna Katthelen Miriã Prates Fontoura está com a palavra.

SRTA. KATTHELEN MIRIÃ PRATES FONTOURA: Boa tarde a todos, meu nome é Katthelen, sou estudante da escola Liberato. Eu comecei a estudar na Liberato em 2012 e eu estava no segundo ano do ensino fundamental - hoje eu estou no nono ano. A escola Liberato é uma escola exemplar com profissionais muito dedicados, é uma escola na qual os professores nos incentivam a sermos originais, a tomarmos nossas próprias decisões. Há pessoas que estudaram lá, cujos filhos também estudaram - hoje os filhos estudam. Eu gosto muito de estudar na Liberato porque, além de ter um ótimo ensino, tem várias coisas que a escola proporciona aos alunos, muitas coisas legais como, por exemplo, os projetos de esportes, de dança e várias outras coisas. Lá eu também fiz amizades que vão durar para sempre. Já dizia Paulo Freire que o importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se amarrar nela. Ora, é lógico, numa escola assim, vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz.

Hoje a Liberato tem 65 anos; imaginem só quanta coisa legal aconteceu em todos esses anos que se passaram! Bom eu quero agradecer aos professores que no ensinam, aos funcionários que ajudam a manter a escola organizada, a todos os diretores

que já passaram e ajudaram a construir essa história. Muito obrigada, Liberato; parabéns pelos 65 anos de lutas e vitórias. Obrigada pela oportunidade. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A aluna Larissa Maldonado dos Santos está com a palavra.

SRTA. LARISSA MALDONADO DOS SANTOS: Boa tarde. O meu nome é Larissa e eu gostaria de me formar, assim como a minha mãe, que conseguiu se formar, e graças ao colégio ela tem um emprego ótimo. E eu adoro a Liberato. A Liberato é um dos poucos colégios que formam alunos capacitados para o mercado de trabalho. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Flávio Brecher Müller, diretor da EMEF Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, está com a palavra.

SR. FLÁVIO BRECHER MÜLLER: Boa tarde. Eu gostaria de agradecer ao Ver. Prof. Alex, que formalizou esta homenagem aos 65 anos da Liberato. Muito obrigado. Também gostaria de agradecer aos alunos, pais, professores, funcionários, amigos da Liberato, ex-alunos, ex-professores, Frente de Defesa da Liberato, todos que estão sempre presentes com a gente, principalmente, agora nessa luta.

Quero aproveitar para me dirigir aos vereadores para apresentar, rapidamente, a escola Liberato. Para quem não conhece, eu estou, há 5 anos e meio na direção da escola, acompanhei vários vereadores que acabaram passando na escola, mas nem todos; então, é o momento de apresentar. Esse mês a gente completou 65 anos; hoje temos, aproximadamente, 1.500 alunos. Já tivemos muito mais, pois, não só com a Liberato, mas de uma maneira geral, as escolas públicas vêm reduzindo a quantidade de alunos. A gente tem aulas nos três turnos, manhã, tarde e noite, sendo que, à noite, vamos até as 22h45min. Temos alunos iniciando com quatro, cinco anos no Jardim A, depois todo o ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico ou o magistério e ainda EJA. Temos vários alunos participando de projetos no contraturno, um número grande, 500 atendimentos aproximadamente. A gente tem o pessoal do esporte, do handebol, masculino e feminino, representado pelo Prof. Tiago; o judô, além de outros esportes. Essa é uma situação muito diferenciada, poucas escolas públicas podem oferecer judô, e nós oferecemos.

Temos outras tantas atividades como ciências, matemática, artes, dança. Também é importante marcar a pessoa do Patrick, que é ex-aluno; a gente tem uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - onde a gente um curso de pré-vestibular, no terceiro ano, atendendo pessoas não só da Liberato, mas, de maneira geral, da comunidade. No ano passado, tivemos 20 pessoas que concluíram o curso e 6 foram aprovadas nas universidades; este ano teve 350 candidatos, somente 50 entraram - é um sucesso o curso com a UFRGS. Estamos lá no site da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola Municipal Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha. Falou-se em parceria: pois é, a gente já faz essa parceria, mas podemos fazer outras. Temos alunos de todas as idades frequentando a escola, e entre as 99 ou 100, não sei exatamente o número correto, somos a que tem o maior número de alunos matriculados, acredito que somos a escola com maior espaço físico, pois temos uma quadra inteira de escola, e maior complexidade, pois temos alunos da educação infantil, nível fundamental, nível médio, nível técnico - aquilo que falei, que vai dos quatro aos setenta anos ou mais -, e administrar tudo isso, essa diferença, é bem difícil. Mas a gente segue.

Dentro dessa organização, recebemos alunos no jardim A, como foi citado aqui pela Larissa e outros, eles vêm lá de pequenininho, como é o caso do Patrick, e fazem toda a educação lá. Isso vem acontecendo, não só no caso da Larissa, mas da mãe, do vô, várias gerações vem passando nesses 65 anos. Não tenho dúvidas de que a escola Liberato, apesar de todas as dificuldades e erros que cometemos, faz um grande trabalho, um trabalho de muita qualidade e com muito mais acertos do que erros, e que cumprimos com o nosso objetivo maior de ensinar nossos alunos.

Infelizmente o governo Municipal, através do seu prefeito Nelson Marchezan e do secretário de educação, Adriano, não entendem assim, mandaram fechar as matrículas de novos alunos para o ensino médio, técnico e administração já em 2020. Assim, faço um apelo aos vereadores, principalmente aos vereadores do governo, que venham até a escola conhecer o bom trabalho que fizemos, e que defendam o não fechamento do ensino médio, do curso técnico e administração da escola Liberato, que defendam essa nossa luta para continuarmos com o ensino médio e técnico. Agradeço novamente ao Ver. Prof. Alex, aos vereadores que vêm participando com a gente nesta luta de uma escola pública municipal e de muita qualidade como é a Liberato. Ao Ver. Wambert, quero dizer que, diferente do que o senhor colocou aqui, com todo o respeito, nessa causa, como outros vereadores acabaram citando, a gente tem várias bandeiras, vários partidos, ela não é de um partido. Estamos em defesa da escola e de 90 mil pessoas que moram no Sarandi e boa parte delas tem, teve ou terá uma relação com a Liberato. Então, nós não estamos defendendo uma bandeira partidária, estamos defendendo uma causa muito maior. Fica aí o convite para todos os vereadores: compareçam à escola para conhecer o excelente trabalho que a gente faz. Obrigado a todos. Viva a Liberato!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Parabenizamos, mais uma vez, a EMEB Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha pelos 65 anos, desejamos vida longa a essa escola que tem por excelência a educação e o esporte. Agradeço a presença das senhoras e dos senhores, e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h52min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h59min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Cláudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 28 ao dia 30 de maio de 2019. Comunico que Mesa Diretora Concedeu a LTI pelo dia 28 de maio, nos termos do artigo 218, VIII, combinado com o art. 94, § 5º, do Regimento.

Também por força do § 6º, do art. 94, do Regimento, o período restante da LTI deve ser apreciado pelo plenário.

Em votação a Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Cláudio Janta, nos dias 29 e 30 de maio de 2019. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, presidente Mônica, eu quero aproveitar esses cinco minutos de fala de liderança para apresentar aos colegas vereadores uma atualização dos trabalhos da Comissão Especial de Revisão Legislativa, que semana passada fizemos, eu, enquanto presidente e demais colegas vereadores que compõem a Frente Parlamentar. Eu vou fazer uma breve explanação de como andam os trabalhos. Nós temos aí, desde março, trabalhado para fazer um pente-fino nas mais de 12.000 leis do Município. Nós temos mais de milhares de decretos municipais, dentre outros regramentos - estamos fazendo uma divisão do trabalho, entre os parlamentares e suas equipes, e conseguindo avançar no tema.

É importante destacar o trabalho dos colegas que compõem a Comissão Especial de Revisão Legislativa, o nosso vice-presidente, Comissário Rafão Oliveira, nosso Relator, Ver. Mendes Ribeiro, o Ver. Ricardo Gomes, o Ver. João Bosco Vaz, Ver. Moisés Barboza, Ver. José Freitas, Ver. Wambert, Ver. Nelcir Tessaro e Ver. Hamilton Sossmeier. Esses são os integrantes da nossa comissão especial.

O que foi feito até agora, colegas, para que todos fiquem a par, nós passamos já o levantamento e análise das 12.840 leis do Município, fizemos a catalogação das leis por tema, fizemos as reuniões com servidores e também reuniões de equipes dos mandatos dos vereadores que compõem a Comissão para organizar os trabalhos e adequar toda essa análise e pente-fino dentro daquelas três frentes de trabalho: revogação, consolidação e atualização.

Nós identificamos, em alguns grandes temas de trabalho, por exemplo, o transporte coletivo e isenções de passagens - compreende aí um universo de 64 legislações que estão em diferentes locais; portanto, precisam ser consolidadas para que facilite o trabalho do Parlamento identificar suas legislações, o trabalho do poder público em conseguir encontrá-las também e, obviamente, do cidadão para ele saber a quantas andam essas legislações, sobre o que elas versam. Em utilidade pública, nós estamos fazendo um trabalho de auditoria e de fiscalização para verificar se todas as 788 entidades que estão hoje como de utilidade pública de fato ainda estão em atividade, se estão funcionando; fazendo esse cruzamento, então, dos seus dados com o CNPJ perante a Receita Federal e as suas obrigações com a Prefeitura de Porto Alegre. Regularização fundiária - estamos fazendo uma consolidação e organização das leis que versam sobre isso, são 14 leis no tema que também estão dispostas de forma pouco harmônica. Na questão de conteúdo regulatório; essa, sim, talvez uma das maiores áreas - temos 635 leis municipais que versam sobre aquilo que muitas vezes se entende seja por leis inúteis, seja por burocracia, seja por regramento para o empreendedor da nossa cidade que também aí a gente vai ter uma solução encaminhada de revogação, saneamento de marco regulatório da nossa cidade e, quem sabe, consolidação de parte dessas legislações. Ainda fizemos metrificação de todas essas leis, lembrando que é um grande, é um vasto conjunto de legislação e o tempo é exíguo, então, para isso, a gente precisa dar certa prioridade. Aquelas sem classificação também estão sendo abraçadas para que possam ser dispostas no relatório final dessa Comissão e poder, junto com os demais encaminhamentos já pretendidos, estarem no relatório final para que este plenário possa fazer a sua avaliação e dar o seu encaminhamento. Lembrando a todos os vereadores que nós não faremos de forma alguma qualquer encaminhamento de revogação e atualização de legislações sem antes consultar os vereadores autores, sem antes tornar transparente todo o processo para que esse trabalho seja efetivamente da Câmara Municipal, da instituição e não de um ou outro mandato. O prazo vai ser estendido por 30 dias para que possamos aprofundar essa análise que vem sendo muito produtiva. Quero, de pronto, fazer um agradecimento a todas as equipes do Parlamento, sejam elas compostas de assessorias, dos vereadores integrantes da comissão especial, como também dos nossos servidores municipais da Câmara que têm colaborado bastante e também o Executivo, que tem as suas parcelas de contribuição naquilo que lhe compete e, conforme o avanço do seu trabalho, no âmbito do Executivo, para essa revisão legislativa e saneamento do nosso escopo jurídico. Ficam aí os agradecimentos especiais a todos os vereadores que participam da Comissão Especial; também nos colocamos à disposição de todos os parlamentares que não integram a Comissão Especial de Revisão Legislativa que fiquem à vontade para colocar essas considerações e contribuições para que o trabalho avance dentro destes próximos 30 dias, quando nós teremos uma expansão do prazo para que o relatório final seja o mais útil possível para o cidadão de Porto Alegre, esse que está aguardando com ansiedade uma legislação mais simples, mais fácil e mais clara para poder viver e empreender na nossa cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Reginaldo Pujol.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste; eu venho a esta tribuna no dia de hoje para falar um pouco sobre uma matéria do jornal Correio do Povo de sábado passado. Essa matéria, que foi desenvolvida com notícias vindas do Ministério do Desenvolvimento Regional, é de que haverá casas para alugar via o Minha Casa, Minha Vida, programa que foi implementado em 2010, através de lei municipal, que faz com que as pessoas com renda de até três salários mínimos tenham subsidiados os valores de unidades habitacionais. Isso me surpreende porque, nessa proposta que vem do Ministério, diz que o Município, o Estado ou a União devem fazer a doação de terrenos e, em parceria com construtoras, posteriormente o município loque para pessoas que recebam até três salários mínimos. Na realidade, não são três salários mínimos, porque já limita a renda à R\$ 1,5 mil para pagar um aluguel.

Nós temos, em Porto Alegre, o Aluguel Solidário, uma locação paga pelo Município, a verba vem do Ministério do Desenvolvimento, para as famílias que estão em situação de risco, em situação de rua. Nesse caso a proposta da locação é de R\$ 500,00 mensais, e o Executivo paga para o dono do imóvel, seja ele no centro da cidade ou em locais onde haja essa destinação. Das 150 vagas, não se conseguiu colocar 40% da locação. Então, quer dizer que no programa da locação há dificuldade pela falta do imóvel. Nós temos, em contrapartida, as cooperativas habitacionais, que estão desenvolvendo, através do sistema de cooperativas, habitações sociais para as famílias que tenham renda de até R\$ 1,8 mil.

Nós temos os demais programas, como o Minha Casa, Minha Vida, que são de valores de unidades habitacionais de até R\$ 88 mil, que são destinadas já com a doação de terreno pelo Município para construções de habitações para quem não tem moradia nesta cidade. Como agora fazer com que haja essa construção para locação? Como o Município vai fazer esse controle, se não há verba com subsídio para a implantação de programas sociais de renda até R\$ 1,8 mil? Como fazer com essa nova proposta, para que haja a locação de imóveis, e não mais a efetiva contratação para quem não tem habitação nesta cidade? Nós não podemos crer que esse programa, da maneira como está proposto, vá adiante.

É muito difícil dizer que haja construções de habitações, através do Município, para locação para as pessoas que não têm habitações. Nós temos que fazer uma fórmula diferente para se ter o aluguel social até que essas famílias consigam ser alocadas em condições dignas para as suas moradias, mas é impossível o Município construir unidades habitacionais para locar, como esse programa está sendo lançado em Brasília. É impossível! Nós não teremos verbas suficientes para essa condição. Na minha opinião, nós temos que fazer com que os programas já existentes, que sabemos que estão na região sul da nossa cidade, principalmente no Extremo-Sul, com diversas habitações construídas, continuem. Nós temos que continuar com o subsídio para aquelas famílias que não têm moradia; também temos que, através da Prefeitura, fazer

uma ampla fiscalização sobre a comercialização desses imóveis, que é o que mais acontece nessa região. Assim, eu deixo aqui para avaliação das senhoras e dos senhores vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h15min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1995/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 222/17, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera os incs. I e II do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.533, de 2 de janeiro de 2014 – que cria o Programa Parada Segura e revoga a Lei nº 8.493, de 18 de maio de 2000 –, alterando os horários em que não se aplicam o embarque e o desembarque de passageiros fora das paradas regulamentares.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver^a Comandante Nádia: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-03-19 por força do art. 81 da LOM;
- adiada a discussão por uma Sessão em 24-04-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 222/17.
(Pausa.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sra. Presidente, como o autor do projeto não está presente por problemas particulares, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 222/17 por uma sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Eu vou acompanhar o Ver. Mauro Pinheiro no pedido, mas até lamentando, porque acho que este projeto nós tínhamos que aprovar hoje, todas as comissões são a favor, está aqui há tempo para ser votado. Só porque não está aqui o autor, por uma homenagem a ele, vamos adiar por uma sessão.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB) (Requerimento): Srs. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 251/17 e do PLL nº 109/18, ambos de minha autoria, por duas sessões.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 251/17 por duas sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 109/18 por duas sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz um Requerimento para que seja incluído na priorização da Ordem do Dia de hoje o Requerimento nº 057/19 e que o mesmo seja votado imediatamente. Após retornamos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 057/19 – (Proc. nº 0227/19 – Mesa Diretora) – requer a realização de Sessão Solene no dia 04 de junho, às 19 horas, destinada à entrega do Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à senhora Scheila Rodrigues de Sena Vontobel, idealizadora da plataforma de leitura Elefante Letrado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 057/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE nº 001/19. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0027/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 001/19, que altera os Anexos 1.1 e 1.2 da Lei Complementar nº 434 de 1º de dezembro de 1999, redefinindo o limite da Área de Interesse Institucional da Subunidade 01, criando as Subunidades 05 e 06 da Unidade de Estruturação Urbana 092 da Macrozona 03, alterando os limites da Subunidade 02 da Unidade de Estruturação Urbana 092 da Macrozona 03, definindo Regime Urbanístico para as Subunidades 05 e 06. Estabelece a Transferência de Potencial Construtivo (TPC), nos termos do § 5º, do art. 52, da Lei Complementar nº 434, de 1999.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 27-05-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 001/19. (Pausa.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu solicitaria que alguém da base do governo, a liderança, ou o relator, que foi o Ver. Ricardo Gomes, desse uma explicação, porque eu me lembro dessa discussão na CCJ, acho que não há maior problema, mas é

tremendamente complexo. Então, eu gostaria que fizéssemos, no mínimo, uma discussão aqui.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, atendendo a provocação do Ver. Adeli Sell, pois fui relator do projeto na CCJ, quero descrever, basicamente, em termos bem claros, o que propõe esse projeto que estamos analisando. Para que todos saibam – acho que todos os vereadores já sabem -, quando houve a expansão do Shopping Center Iguatemi, uma das contrapartidas desse projeto era a duplicação de parte da Rua Anita Garibaldi. Mas para que aquela duplicação pudesse ocorrer, o Município teria que, com o seu próprio custo, desapropriar terrenos ao longo da Rua Anita Garibaldi, para que o Grupo Iguatemi pudesse fazer a obra. Até hoje, o Município não conseguiu, obviamente, porque lhe faltam recursos para isso, fazer as desapropriações dos terrenos. Inclusive, é um processo demorado, muitas vezes, judicializado. Até hoje, o Município não conseguiu fazer as desapropriações ao longo da Rua Anita Garibaldi, que, pelo cálculo da própria EPTC, seria importante que ocorressem para desafogar o trânsito na chegada do Iguatemi, com o acréscimo de volume de veículos que a expansão exigiria. Pois bem, esse projeto aqui permite uma saída para a duplicação da ponta lá da Anita sem que o Município desembolse ao fazer a duplicação. O que é que o projeto faz? Na verdade, houve um parcelamento do solo conduzido pelo Porto Alegre Country Club, de duas esquininhas do terreno do Country Club, que estão no anexo do projeto marcadas como área 5 e 6. É uma área mínima do terreno do Porto Alegre Country Club. E o que é que se fez? Com esse parcelamento do solo, o projeto está atribuindo a esses dois escanteios - essas duas esquinas que foram parceladas -, um regime urbanístico àquilo ali. Com isso, o Porto Alegre Country Club está doando para o Município de Porto Alegre, em troca dessa transferência de potencial construtivo, uma nesga do seu terreno, no qual haverá justamente a duplicação ali da parte final da Rua Anita Garibaldi. Isto é, com esse projeto, o Município pode finalmente promover a contrapartida do Shopping Iguatemi com a duplicação da parte final da Rua Anita Garibaldi, sem que o Município desembolse, é uma troca ganha-ganha. Aqui o Clube ganha, porque vai poder comercializar esse terreno, sai da miséria em que vivem - o Ver. Bosco Vaz conhece bem os clubes de Porto Alegre, todos estão na penúria -, salva, talvez, o Country Club, as incorporadoras obviamente constroem, gerando emprego e renda nas obras, e o Município recebe esse pedaço de terra para, com ela, fazer a duplicação. A obra não será o Município a fazer, será uma contrapartida do empreendimento, então é um ganha-ganha. São quatro entes ganhando: a construção civil, que vai explorar esses terrenos; o próprio Country Club, que ganha perenidade; o empreendimento Iguatemi, que vai poder finalmente executar a contrapartida que deve ao Município; e o Município, que vai ter a contrapartida sem fazer o desembolso das desapropriações. Esse é o projeto, que atribui um regime urbanístico a esses dois cantinhos do Country

Club, não afeta a área esportiva do clube, não afeta a região, na verdade, o que permite é que a região possa finalmente ter ali as obras de contrapartida, porque, desde a duplicação do Iguatemi, o Município não conseguiu fazer.

Espero ter esclarecido, é um projeto muito positivo, parabenizo o Executivo. Ainda na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico tratei, junto ao Clube, deste projeto que também atende ao interesse do Município de ver finalmente essa questão resolvida. Como dissemos, vai permitir que ali ocorra um desafogamento daquela parte final da Rua Anita Garibaldi. Então, é um projeto de claríssimo interesse público, porque permite a ampliação da cabeça da Rua Anita Garibaldi, que termina ali na Chácara das Pedras, quase no Iguatemi. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/19.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, como o Ver. Adeli Sell pediu, falaremos aqui a respeito desse projeto. É um importante projeto para a cidade de Porto Alegre e eu vou tentar aqui fazer uma retrospectiva do que aconteceu. No ano de 2008, como vereador ainda suplente desta Casa, acompanhei um pouco à distância, mas esta Câmara aprovou um projeto de lei em que o Shopping Iguatemi recebeu o regime urbanístico 1.3, que era o mesmo regime de toda a região, e o Shopping tinha um regime diferente, menor do que o restante da região. E naquele ano de 2008 o Shopping Iguatemi se comprometeu então com as medidas mitigatórias e contrapartidas ao Município de Porto Alegre. E uma dessas contrapartidas, Ver. Nelcir Tessaro, era a abertura da Rua Anita Garibaldi até a Av. João Wallig, que é a continuação, na verdade, da Rua Anita Garibaldi. Então o shopping se comprometeu em fazer a obra, só que a indenização ao Country Club ficou a cargo do Município de Porto Alegre, que, como não tem recursos, não tinha recursos naquela época também, até hoje não conseguiu dar as condições para que o Shopping Iguatemi cumprisse com o seu dever e fizesse a construção dessa avenida que é uma avenida importante e que vai resolver o problema da Rua Anita Garibaldi, da continuação da Anita Garibaldi. Então, nós ficamos presos na parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Agora, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, junto com o Country Club, está mandando esse projeto de lei em que o Município de Porto Alegre, através dessa lei, se compromete em dar um regime urbanístico para cinco partes do Country Club, nas pontas do Country Club, e o Country Club vai disponibilizar uma parte do clube de 6.200 metros quadrados, aproximadamente, de área do clube, que serão desmembrados para que a Prefeitura de Porto Alegre possa então fazer o prolongamento da Rua Anita Garibaldi. Com isso então, faz esse prolongamento, o Shopping fazendo a obra, o Município e o Country Club entrando com o terreno, em contrapartida recebendo o regime. Então, basicamente é isso, Ver. Valter Nagelstein, e é uma obra importante para o Município

de Porto Alegre sem nenhum custo financeiro para o Município. A obra, com certeza, para a comunidade daquela região, pois ali transitam várias pessoas, vai resolver o problema de um gargalo muito antigo no Município de Porto Alegre, uma solução sem nenhum custo financeiro. Eu acho que nós, Vereadores, temos a obrigação de ajudar a melhorar as condições principalmente do trânsito e mobilidade urbana na cidade de Porto Alegre, aprovando esse importante projeto para a cidade. Então, contamos com todos os Vereadores para aprovar esse projeto e, o mais rápido possível darmos início a essas obras, tendo em vista não ter custo financeiro para o Município de Porto Alegre. Aos Vereadores que ainda tiverem alguma dúvida, nós estamos à disposição para ajudar a esclarecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, colegas, na Comissão de Constituição e Justiça, eu votei pela existência de base legal para que o projeto fosse discutido e votado e o Governo achou de melhor apressar e está em votação. Vem resolver, a bem da verdade, eu disse aos meus colegas, um gravíssimo problema, um histórico problema. Eu me lembro de uma discussão de duas décadas sobre o prolongamento da Anita, que hoje muda em parte um pouco o trajeto, mas resolve a questão histórica da Rua Anita Garibaldi. O Governo não vai gastar dinheiro - muito bem -, pois tem a questão dos índices, mas o que eu vou solicitar ao Governo é que num próximo projeto a gente não precise fazer tanta pesquisa, tanta elucubração, e tantos cálculos, supostos cálculos. Qual é o problema do Governo? O Governo poderia facilmente ter nos feito uma planilha demonstrativa do que significa o custo da obra, de quanto é a contrapartida efetiva. Ou seja, uma planilha de Excel que, qualquer estagiário da Prefeitura sabe fazer e que nos ajudaria enormemente, porque tem alguns dados sobre obras que nós não temos um corpo técnico aqui para trabalhar essa questão. Então, Mauro, nós vamos muito mais na confiança, nós vamos muito mais na importância do projeto, porque ele, de fato, tem uma importância para a questão da mobilidade urbana. Então, hoje V. Exas. têm, mais do que nunca, um voto de confiança, mas eu espero que os próximos projetos venham mais bem consubstanciados com esses cálculos. É um pouco um voto no escuro, na confiança, porque eu acho que o governo não vai fazer bobagem. Mas eu acho que, a bem da verdade, o próximo projeto tem que vir consubstanciado dessa forma. É o que eu solicito. Caso contrário, vamos fazer uma disputa aqui, porque eu acho que nós temos que ter transparência, antes de mais nada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/19.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, custo vir à tribuna e serei muito breve, atenderei inclusive a solicitação da liderança, que pede que, com imediatez, se decida esta matéria. Não irei decepcioná-lo. Afinal de contas, esse é o tipo de projeto bem construído que beneficia a todos, todas as partes envolvidas têm algum benefício com essa decisão e o ganho maior da cidade de Porto Alegre, que vai ver, de uma vez por todas, desfeito aquele nó, que hoje representa o clube beneficiado pela decisão da Casa, mas que hoje obstrui o surgimento da continuação da Rua Anita Garibaldi, que vai terminar lá na Estrada do Forte.

Na medida em que se possa concluir esse trecho pelas operações que aqui ocorrem, imediatamente após, outro trecho será executado porque já existem inclusive recursos do Município depositados no sentido de que aquela parte que passa ao lado do Jardim Europa também será ampliada, será executada e em muito breve estaremos lá no Hospital Banco de Olhos, fazendo com que a Rua Anita Garibaldi seja exatamente aquilo que se pretendeu no Plano Diretor: uma alternativa de deslocamento na Zona Norte de Porto Alegre.

É um belíssimo projeto, não temos que titubear, temos que, se Deus quiser, votar, imediatamente, e aprovar por unanimidade. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/19.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras e o público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Queria fazer uma saudação ao pessoal da Attropa, da Associação dos Trabalhadores em Transporte Coletivo de Porto Alegre, que está acompanhando a Sessão e que estava debatendo o projeto que afeta os cobradores; vamos dar sequência a nossa conversa.

Muito objetivamente, quero me manifestar a respeito desse projeto de lei do Executivo, que, na verdade, é um acerto com o Country Club a respeito dos quatro cantos, do quadrilátero, digamos assim, que compõe o clube. Como disse o Ver. Adeli, que me antecedeu, e os demais vereadores que se manifestaram, no sentido de que há uma interrupção de uma grande arterial, que é a Rua Anita Garibaldi, uma descontinuidade de uma solução que, a partir desse projeto de lei, passa a se consolidar como uma alternativa interessante de desafogamento do fluxo, especialmente para aquela parte mais próxima ao Iguatemi. Eu quero dizer achei bem razoável o índice que foi colocado no projeto, porque ali temos, no entorno, várias unidades com índice 1.6. Aqui está sendo concedido o índice 1.3. Acho que está bem de acordo, não existe

nenhum favorecimento que possa suscitar qualquer dúvida com relação ao projeto, ao contrário. Isso quer dizer que, se o terreno tiver 1.000 metros, poderá se construir 1.300 metros. Se tiver escalonamento, essa é a proporção. A gente sabe que o Plano Diretor comporta até o índice 3. No Centro, por exemplo, o índice é 2.4. Outros projetos de lei, como os já aprovados nesta Casa, inclusive por iniciativa deste Vereador, como foi o caso do projeto de lei que permitiu a expansão do Hospital Mãe de Deus, aqui, no Menino Deus, que teve, praticamente, o apoio unânime desta Casa, permitiu, por exemplo, ao Hospital Mãe de Deus, o índice 3.0. Claro que ali se tratava de leitos para o SUS, uma outra realidade mais voltada para questões da área da saúde. A gente sabe que aqui obviamente existe também um interesse comercial por causa da venda das unidades, mas que também vai ser revertido em benefício para o esporte, para o Country, enfim... Apenas quero acompanhar aqueles que me antecederam, e inclusive na Comissão de Constituição e Justiça pedi vistas do processo para dar uma olhada melhor, e nos parece que realmente é uma solução bem interessante, porque para que pudesse ser feita a contrapartida por parte do Iguatemi, era necessário desafetar uma área do Country, que teria um custo para a Prefeitura. Então, quando neste pacote coloca-se a solução de uma doação sob o ponto de vista do interesse no todo, e o Country Club doa para a cidade um pedaço da sua matrícula, um pedaço da sua área de domínio, por conta do fracionamento... Na verdade estaremos aqui aprovando um fracionamento de uma matrícula: de um todo surgirão quatro matrículas, e uma área será doada para o Município, que teria, talvez que ser desapropriada a custo alto, porque ali estamos falando de uma área que tem um significado, de uma área de importância que diz respeito a uma área de ocupação intensiva da cidade, não uma área de ocupação rarefeita, portanto, uma área que tem um valor agregado importante e interessante. Quero me somar àqueles que me antecederam no sentido de aprovar o projeto para o bem da cidade, para o uso coletivo do transporte e circulação da cidade. Acho que vai ser muito importante para o fluxo de automóveis daquela região esta intervenção que está prevista para ser feita ali no final da Rua Anita Garibaldi. Portanto, quero me somar aqueles que me antecederam no sentido de aprovar o projeto. Somos favoráveis a esta iniciativa. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/19.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, venho a esta tribuna, me somando aos demais colegas que já se manifestaram, deixaram aqui sua posição quanto a esta liberação, essa mudança de regime justamente na área que hoje é ocupada pelo Country Club. Todos nós sabemos da dificuldade de quem transita, de quem vai para a Zona Norte de Porto Alegre e que tem a necessidade de usar a Rua Anita Garibaldi, quando chega no seu final. Pega-se o lado do arroio ali existente – inclusive se há

enxurradas ali alaga – para locomoção, para transitar até a Av. João Wallig, onde era o projeto inicial da Rua Anita Garibaldi, para que ela fosse em forma de perimetral, para que tivesse acesso lá na Av. João Wallig, e assim pudesse ter a Zona Norte de Porto Alegre ou a região do bairro Três Figueiras.

Esse fracionamento dos terrenos hoje de propriedade do Country Club, com a sua compensação para desapropriação das unidades habitacionais que hoje dificultam a ampliação da Rua Anita Garibaldi, é muito importante para a cidade. Nós sabemos que as excepcionalidades são para essas ocasiões, Ver. Adeli; é justamente quando se aplica a mudança de regime ou a liberação de índices, para que possa outra região da cidade ser desenvolvida, principalmente em relação ao nosso trânsito em Porto Alegre, que naquela região é caótico, e nós teremos ali uma movimentação muito grande com a passagem de nível da Rua Anita Garibaldi.

Nessa região nós sabemos que há outra dificuldade, e já quero aproveitar para falar que o Município pode também pensar na liberação de índice, ou fracionamento, ou negociação com as empresas, como a Savarauto, para que ali também haja solução para a Vila Keddie. A Rua João Caetano tem uma dificuldade: a rua que termina nos fundos da Savarauto teria um acesso que daria na Av. Marechal Andréa, justamente para fazer com que, de uma região, de um bairro da cidade possa se transitar e atravessar a Av. Dr. Nilo Peçanha e fazer aquele trajeto no local em que hoje as famílias estão – elas estão em cima de leito viário e em cima de parte de terreno do INSS. Tem que se tomar uma providência neste Município, principalmente nos invernos, onde vemos o sofrimento daquelas famílias, com suas crianças, morando naquele local insalubre, embaixo de árvores, que é a Vila Keddie em Porto Alegre, ao lado do Porto Alegre Country Club. Temos que pensar, sim, em dar uma solução, nos mesmos moldes dessa dada à Rua Anita Garibaldi, para a Vila Keddie. Existe um projeto, há mais de 20 anos, para remoção daquele local. Eles residem num local nobre, mas as condições são péssimas, e nós devemos olhar para todos. É isso que eu deixo aqui, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 001/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 025/19. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, após a votação do PLL nº 025/19, passar à discussão e votação do PLL nº 164/19. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Cláudio Janta.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0040/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 025/19, de autoria da Ver. Valter Nagelstein, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Antonio Hamilton Martins Mourão.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 08-05-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 025/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**. Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, após a

votação do PLL 164/18, passar à discussão e votação do PLL nº 003/18. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, após a votação do PLL nº 003/18, passar à discussão e votação do PLL nº 026/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1370/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 164/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Marcelo Feijó de Medeiros.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 01-04-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 164/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Rapidamente, Sra. Presidente, como gremista, quero homenagear o Sport Club Internacional pelo seu grande presidente. Merece o título, é um ilustre cidadão de Porto Alegre, descende de uma família das mais qualificadas, a começar pelo seu avô Poty Irineu Cachapuz de Medeiros e seu pai Gilberto Medeiros, grande presidente do Internacional. Eu, como gremista, com muita honra, votarei a favor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal o PLL nº 164/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, após a votação do PLL nº 026/18, passar à discussão e votação do PLL nº 146/18. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Solicito ao Ver. Reginaldo Pujol que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sr. Presidente, o meu terminal travou; eu votei, mas não ficou registrado. Quero ver o que podemos fazer, ou se faz uma nova votação para ficar registrado o voto, ou registramos o voto por este microfone. O que V. Exa. sugere?

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, passou o mesmo comigo, eu não consegui votar no meu presidente, num dos melhores presidentes da história recente do Internacional. Eu queria também registrar meu voto, porque também tive esse problema. Desde a semana passada estou tendo problemas no meu terminal de votação.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Faço o registro, por dever de justiça, dos votos não registrados no painel, mas admitidos pelos vereadores Mendes Ribeiro e Professor Wambert.

Estão absolutamente registrados, além dos votos registrados no painel, os votos dos vereadores Mendes Ribeiro e Professor Wambert que, por defeito do painel, não foram devidamente registrados.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0129/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/18, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Rodrigo Maroni: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 21-05-18;
- adiada a discussão por uma Sessão em 30-05-18;
- adiada a discussão por uma Sessão em 18-02-19;
- adiada a discussão por duas Sessões em 25-02-19.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLL nº 003/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0387/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/18, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Erno Harzheim.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 30-05-18 por força do art. 81 da LOM;
- adiada a discussão por uma Sessão em 30-05-18;
- adiada a discussão por duas Sessões em 24-10-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 026/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1322/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 146/18, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Jefferson Luis Braga da Silva.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Alvoni Medina: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-05-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 146/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 001/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Professor Wambert, ao PLL nº 051/16.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 09 ao PLL nº 051/16 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE nº 003/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0719/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/18, que altera o *caput* e inclui o § 3º no art. 101 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, disciplina o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre. (Altera data/repasse/contribuições previdenciárias.)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 06-05-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 003/18. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esse era um dos últimos projetos que estavam no espelho da Ordem do Dia, porque, por lei, enquanto falo estou tentando localizar aqui o pedido da bancada do Partido dos Trabalhadores, porque a lei obriga que projetos dessa natureza passem... No dia 14 de maio de 2018, há um ano, a bancada do Partido dos Trabalhadores encaminhou ao então Presidente da Câmara um pedido de diligências para que fosse ouvido... Vou ler o pedido final. “Nesse sentido, a Bancada do Partido dos Trabalhadores requer as providências cabíveis para que seja feita a consulta ao Conselho de Administração e apensado o parecer, sob pena de impedir a tramitação do expediente ou da nulidade de qualquer decisão desta Casa”. Nós estamos nos baseando na Lei Complementar nº 478/2002, no art. 8º, inc. IV, que diz que compete ao Conselho de Administração acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do Previmpa. Então, o art. 8º, Ver. Alex, o senhor bem lembrou aqui, e como é um projeto que tramita desde abril do ano passado, ele foi datado aqui e assinado pelo prefeito no dia 27 de abril de 2018 e protocolado nesta Casa neste mês de

abril de 2018, há um ano e pouco, e nós fizemos um pedido de diligências para que fosse ouvido o Conselho de Administração do Previmpa, conforme prevê a Lei Complementar nº 478, sob pena de nulidade da tramitação, caso a Câmara aprove e o prefeito sancione. Então, antes de entrar no mérito, Ver. Mauro Pinheiro, não estou encontrando aqui a oitiva do Conselho de Administração do Previmpa. Estou folheando aqui e novamente vejo que não foi apensado aqui o parecer do Conselho de Administração do Previmpa, opinando sobre esse projeto. Portanto eu acho prudente para esta Casa, para não desrespeitar o art 8º da Lei Complementar, que não seja votado hoje. Já se falou desta tribuna que os vereadores devem estar preparados para todos os 30 projeto que estão previstos na Ordem do Dia, e aqui necessariamente podemos estar preparados ou não, mas pouco importa, o fato aqui é que se nós votarmos o projeto, no nosso entendimento já formalizado, não é só uma fala de tribuna, mas já é formalizado, há uma possibilidade real de afronta à lei complementar. Então, apesar de ser um momento de discussão do projeto, deixamos esse alerta para que o projeto não seja votado hoje e seja sim cumprida a diligência que nós requeremos lá em 14.05.2018, e que até hoje não foi atendida. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Logo que o Ver. Mauro Pinheiro, que é líder do Governo, propôs a colocação desse projeto, o PLCE nº 003/18 para votação, eu perguntei a ele se havia sido feita a consulta ao Conselho de Administração do Previmpa para que nós pudéssemos ter um respaldo do órgão que faz justamente as análises do sistema de previdência dos municipais desta cidade. O Ver. Mauro Pinheiro disse que não sabia se isso havia sido feito. Aí, conversando com o Ver. Marcelo Sgarbossa, nós encontramos, dentro do projeto, anexado às laudas, justamente o requerimento do partido do Ver. Marcelo Sgarbossa, a solicitação justamente de um parecer, uma análise simples.

Eu não vejo grandes problemas com relação a isso, mas não sou um especialista na área, não entendo muito de previdência, sistema previdenciário, não tenho formação em ciências atuariais, mas, justamente por conta disso, gostaria também de ter algum respaldo do órgão que faz o controle e, cabe lembrar a todos nesta Casa Legislativa, que a Prefeitura tem assento no Conselho de Administração do Previmpa. Portanto, eu gostaria de me somar à fala do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando ao Ver. Mauro Pinheiro que nós não avancemos nessa votação para que possamos pedir esse documento, anexemos ao projeto e possamos votar com mais tranquilidade, para evitar problemas futuros. Eu acho que não há necessidade desse grande atropelo. E eu acredito que o Conselho de Administração em uma semana, no máximo em duas, consiga nos dar um retorno desse questionamento e nós possamos votar com bastante tranquilidade. Deixo aqui a minha manifestação pedindo ao Ver. Mauro Pinheiro que não votemos

agora; esperemos a manifestação do Conselho de Administração e puxemos, aí, na próxima semana talvez, a votação deste projeto para ser apreciado e votado no plenário. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Mauro Pinheiro, eu, ao contrário do que disseram os dois colegas, estou apenas subindo para pedir que analisemos logo este projeto. Ele foi protocolado na Casa em abril de 2018, já está tramitando há um bom tempo, já está na ordem do dia há bastante tempo e já está priorizado há mais de semanas. Então, *dormientibus non sùccurrit jus*, o direito – e a Câmara – não devem socorrer os que dormem. Chegamos até aqui, vamos, então, à votação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Solicito verificação de quórum, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 003/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Presidente Mônica Leal, gostaria de fazer uma declaração de voto, pois só votei de forma negativa porque não fizeram a consulta ao Conselho de Administração do Previmpa, pura e simplesmente. Poderia ter votado favorável, mas o líder do Governo decidiu, mais uma vez, atropelar questões, passar por cima do Conselho de Administração, por isso meu voto não.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2800/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 307/17, de autoria do Ver. José Freitas, que altera, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto

Alegre – e alterações posteriores, a denominação da efeméride Semana Juntos contra o *Bullyng* para Semana Juntos contra o *Bullying* e o *Cyberbullying*.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relatora Ver^a Sofia Cavedon: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 13-06-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 307/17.
(Pausa.)

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB) (Requerimento): Solicito verificação de quórum, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Cinco vereadores presentes. Não há quórum.
Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h37min.)

* * * * *